



Território Federal do Amapá

DIÁRIO OFICIAL

Decreto n.º 1, de 24 de julho de 1964

Ano XII. Números 2.469

Macapá, 6a.-feira, 22 de abril de 1977

ATOS DO PODER EXECUTIVO

(P) n.º 0217 de 05 de abril de 1977

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, item II, do Decreto-Lei n.º 411, de 08 de janeiro de 1969, e tendo em vista o que consta do Ofício n.º 055/77-CRE,

RESOLVE:

Art. 1.º — Nomear os Economistas Walter da Silva Pacheco, Contador, nível 21-B, do Quadro de Funcionários do Governo deste Território e Anbeto Duarte Dias Pires Lopes, Técnico para o Programa de Modernização Administrativa, atualmente no exercício das funções de Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral, para Titular e Suplente, respectivamente, da Junta Comercial do Território Federal do Amapá.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Setentrião, em Macapá, 05 de abril de 1977, 88.º da República e 34.º da Criação do Território Federal do Amapá.

Arthur Azevedo Henning
Governador

(P) n.º 0220 de 31 de março de 1977

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, item II, do Decreto-Lei n.º 411, de 08 de janeiro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 0533/76-SEGUP, que capela o Inquérito Administrativo, instituído através do Decreto (P) n.º 0693, de 16 de julho de 1976,

RESOLVE:

Art. 1.º — Aplicar, a Manoel Castro Andrade, ocupante do cargo de Artífice de Manutenção, nível 6, do Quadro de Funcionários do Governo deste Território, lotado na Secretaria de Saúde e Ação Social, a pena de suspensão por quinze (15) dias, a partir da data da publicação deste Decreto no Diário Oficial desta Unidade, nos termos do artigo 201, item III, da Lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952, por haver o aludido servidor, infringido o disposto no artigo 194, item VI, na supracitada Lei 1711/52.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Setentrião, em Macapá, 31 de março de 1977, 88.º da República e 34.º da Criação do Território Federal do Amapá.

Arthur Azevedo Henning
Governador

(P) n.º 0221 de 31 de março de 1977

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, item II, do Decreto-Lei n.º 411, de 08 de janeiro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 0533/76-SEGUP, que capela o Inquérito Administrativo instituído através do Decreto (P) n.º 0693, de 16 de julho de 1976,

RESOLVE:

Art. 1.º — Aplicar, a Bonifácio Mourão Alves, ocupante da função de Locutor, da Tabela de Pessoal Temporário do Governo deste Território lotado na Secretaria de Administração e Finanças, a pena de suspensão por vinte e nove (29) dias, a partir da data de publicação do pre-

sente Decreto, no Diário Oficial desta Unidade, pela prática de ato incompatível com a dignidade da sua condição de servidor público.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Setentrião, em Macapá, 31 de março de 1977, 88.º da República e 34.º da Criação do Território Federal do Amapá.

Arthur Azevedo Henning
Governador

Secretaria de Obras Públicas

Extrato de Instrumento Contratual

(Art. 54 do Decreto n.º 73.140/73)

Instrumento — Contrato de Empreitada global n.º 018/77 (Processo n.º 136/77-SOP.)

Partes — Governo do Território Federal do Amapá e a firma SANECIR Ltda.

Objeto — É a execução pela Empreiteira dos serviços de construção de cerca de arame e moirões de Concreto armado na área destinada ao Porto de Macapá, neste Território.

Fundamento do Instrumento — Este Contrato decorre da homologação do Exmo. Sr. Governador do Território Federal do Amapá, às fls. 109 do Processo n.º 136/77-SOP, da licitação relativa ao Convite n.º 02/77-CPLOS. O presente Contrato será regido pelo Decreto 73.140/73 e Decreto-lei 200/67.

Dotação — As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Imposto Único sobre Minerais do País, Programa 07395311.357, elemento de Despesa 4.1.1.0 de exercício 1977, conforme nota de Empenho n.º 301, no valor de Cr\$ 182.995,64, emitida pelo Contratante em 29/03/77.

Valor — É de Cr\$ 182.995,64 (cento e oitenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e sessenta e quatro centavos).

Prazo de Vigência — é de 65 (sessenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

Macapá, 14 de abril de 1977.

Eng.º Manoel Antônio Dias
Secretário de Obras Públicas

Antonio Armando Barrau Fâscio Filho
Representante da Empreiteira
SANECIR Ltda.

p.p. João de Almeida Chaves
CPF 047038392

As Repartições Públicas Territoriais deverão remeter o expediente destinado à publicação neste DIÁRIO OFICIAL diariamente até as 18:00 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, a Seção de Redação, das 9 às 12:00 horas, e das 15:00 às 17:00 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito rasuras e emendas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

EXPEDIENTE

IMPRESA OFICIAL

DIRETOR

Iranildo Trindade Pontes

DIÁRIO OFICIAL

Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial
MACAPÁ — T. F. AMAPÁ

ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 50,00
Semestral	* 25,00
Trimestral	* 12,50
Número avulso	* 1,00

«BRASILIA — Este Diário Oficial é encontrado para leitura no Salão Nacional e Internacional da Imprensa da COOPER PRESS, no «Brasília Imperial Hotel».

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do endereço são impressos os números do talão de registro o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto a sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que as solicit. em no ato da assinatura.

O funcionário público federal, terá um desconto de 10%. Para fazer jus a este desconto, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulso acrescida de Cr\$ 1,00 se do mesmo ano, e de Cr\$ 2,00 por ano decorrido.

Companhia de Eletricidade do Amapá—CEA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

EXERCÍCIO DE 1976

Senhores Acionistas:

— Ao fim de mais um exercício, é com a maior satisfação que a Diretoria vem à presença de Vossas Senhorias relatar, em rápida síntese, as atividades desenvolvidas por esta empresa no decorrer do ano de 1976, encerrado em 31 de dezembro passado. Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes, mais uma vez, o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores. Embora convictos de que sempre será possível fazer-se mais e algo melhor, a Diretoria se dá por bem recompensada com os resultados colhidos, submetendo-os agora à apreciação de Vossas Senhorias.

I — Considerações Gerais.

— O fato marcante no exercício relatado, que repercutiu na estrutura operacional e encargos da Empresa, foi a inauguração da Hidrelétrica «Coaracy Nunes» (Paredão), no dia 13 de janeiro de 1976, pelo sr. Presidente da República. Esta grande obra, ainda por mais alguns anos a se constituir na primeira hidrelétrica da Amazônia, tendo sua construção iniciada pela Companhia de Eletricidade do Amapá e concluída pela ELETROBRÁS, veio, em hora crítica de déficit de energia elétrica e do elevado preço do combustível, suprir as necessidades mais prementes da região a que servirá, com saldo bastante superior ao mercado a ser atendido nestes cinco primeiros anos da sua entrada em operação. A inauguração da hidrelétrica motivou a desativação da usina termelétrica «Presidente Costa e Silva», em Macapá, permitindo que a Companhia, agora com os encargos apenas da Distribuição na capital Macapá e vilas mais próximas, engajassem seus recursos financeiros e meios em pessoal e material na total reforma, expansão e construção, não somente das Redes de Distribuição, mas, e principalmente, na instalação de novas usinas termelétricas nos Municípios do interior, aonde não chegarão as Linhas de Transmissão da UHE «Coaracy Nunes».

II — Aspectos Administrativos

1) — Diretoria

— Ressentiu-se no seu funcionamento pleno, em cerca de oito anos, da falta de um Engenheiro Eletricista para o cargo de Diretor Técnico, claro preenchido na eleição da AGO de 30/04/76, pelo Eng. Eletricista Dr. Ednei Bordin, que exerceu durante seis meses, anteriormente, a Chefia do Departamento Técnico.

— Por proposta do sr. Governador, acionista majoritário, em Assembléia Extraordinária de 19/12/1975, foi acrescido mais um membro na composição da Diretoria, para exercer o cargo de Diretor Econômico-Financeiro, ainda não preenchido e que vem sendo acumulado pelo Diretor Administrativo.

— O sr. Governador do Território, a quem cabe a indicação dos membros da Diretoria para submetê-los à eleição em Assembléia Geral, preocupa-se não somente com o preenchimento do cargo, mais sobretudo em encontrar alguém que seja capaz de exercê-lo efetivamente, o que não ocorreu até o momento.

2) — Empregados: Seleção e treinamento.

— Este tem sido o maior problema enfrentado pela Diretoria, justificado, por um lado, pela grande escassez de pessoal habilitado para trabalho especializado em uma concessionária de energia elétrica, e por outro, acreditamos que o mais influente no nível da seleção, sejam os baixos salários, que não podem ter solução somente na amplitude dos poderes da Diretoria, mas que são também dependentes de determinações e restrições impostas pelo DNAEE e pelo Conselho Nacional de Política Salarial, além do que, o salário constitui um fator que pesa e influencia bastante no cálculo da definição do valor final da tarifa de energia elétrica.

— Foi estabelecido, no corrente exercício, um maior rigor na seleção do pessoal destinado aos trabalhos de escritório, dos serviços gerais e do especializado em operação, construção e manutenção dos serviços da Distribuição.

— Funcionaram, patrocinados pela

ELETROBRÁS, vários cursos de aperfeiçoamento de Eletricistas e Leituristas, estando já programada para o próximo ano a continuação desses cursos, acrescidos dos destinados ao pessoal de escritório.

— Entretanto, apesar das dificuldades, que acreditamos gerais, e sobretudo regionais, no seton de recursos humanos, o nível de trabalho e de eficiência dos atuais empregados da Companhia, encontra-se bastante mais elevado do que o do ano anterior, no que pese as inúmeras admissões e demissões ocorridas no presente exercício.

3) — Situação Econômico-Financeira.

— O Balanço e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, acompanhados das respectivas «Notas Explicativas» que adiante se transcrevem, retratam fielmente a excelente situação econômico-financeira da Companhia. A «Conta de Lucros e Perdas» apresenta um apreciável saldo à disposição da AGO. Todos os compromissos financeiros da Empresa encontram-se rigorosamente em dia, incluindo faturas de fornecedores, salários, impostos, FGTS, INPS, PASEP, Quota de Reversão e Reserva Global de Garantia. Existem também saldos em todos os títulos dos recursos financeiros recebidos, já deduzidas as despesas empenhadas até 31 de dezembro.

— Concluída a hidrelétrica do Paredão, os recursos financeiros provenientes dos royalties da exportação do minério de manganês, recolhidos pela ICOMI ao GTFA, foram transferidos para a CEA, de acordo com a Lei nº 2.740, de 02/03/1956, para aplicação na construção e exploração de sistemas termelétricos de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, não somente nos municípios do interior não atendidos pela geração hidrelétrica, mas também na construção, reforma e expansão da distribuição da cidade de Macapá e localidades circunvizinhas.

— Esses recursos provenientes dos royalties ainda permitirão a construção de prédios de apoio à operacionalidade do sistema, incluindo-se nessas obras a construção de um grande e bem aparelhado Centro de Treinamento, que pelas suas características especiais poderá atender, nesse setor, as concessionárias de energia elétrica localizadas na Região Amazônica.

— Apesar da tarifa da Empresa vendedora de energia comprada pela CEA ter sido aumentada em dois períodos do corrente exercício (1976), o déficit da Receita Operacional foi em parte coberto pela Reserva Global de Garantia e, despesas que puderam ser efetuadas pelos royalties, permitiram equilibrar a situação econômico-financeira da Companhia, obrigando a Diretoria à aplicação de severas medidas administrativas de contenção de gastos visando à diminuição dos custos operacionais, que resultaram, ao se encerrar o exercício, no apreciável saldo apontado na Conta de Lucros e Perdas, o maior já conseguido em toda a vida financeira da Empresa.

4) — Operação

a) — Área servida.

— Até então a CEA atendia somente a cidade de Macapá, entretanto, com a entrada em operação da hidrelétrica do Paredão, a Companhia teve condições de construir os alimentadores partindo da sub-estação de Santana, a fim de também poder atender às instalações da ICOMI e BRUMASA, em Santana, e as Vilas Maia e Amazonas, adjacentes. A área a ser servida pela Companhia está sendo

ampliada com a construção das Redes de Distribuição da localidade de Ferreira Gomes (próxima do Paredão) e a das sedes dos Municípios de Amapá e Calçoene, todas em final de construção, a primeira a ser energizada pela UHE «Coaracy Nunes» e as demais pela implantação de 2 novas usinas termelétricas naquelas duas cidades.

— Em fase final de projeto, encontram-se as construções das Redes de Distribuição das cidades de Mazagão e Oiapoque e de duas novas usinas termelétricas nessas duas cidades, com estudos em andamento sobre a possibilidade de levar a energia hidrelétrica até a cidade de Mazagão. No primeiro semestre do próximo exercício (1977) já estarão em pleno funcionamento as novas usinas de Amapá e Calçoene, servidas por novas e modernas redes de distribuição (posteação de concreto e cabos de alumínio).

— Porto Grande, localidade próxima do Paredão e marco zero da estrada Perimetral Norte, terá também no próximo exercício (1977) sua nova Rede de Distribuição, a ser energizada pela UHE «Coaracy Nunes», com a construção de uma Linha de Transmissão Paredão — Porto Grande. Os projetos estão em andamento e os recursos financeiros a esse fim destinados, provenientes dos royalties, já se encontram à disposição de sua execução.

— Concluídas as Usinas Termelétricas, Redes de Distribuição e Linhas de Transmissão acima mencionadas, umas em projeto e outras em final de construção, a Companhia de Eletricidade do Amapá terá como área servida todo o Território Federal do Amapá, com total atendimento de energia elétrica aos seus principais polos de desenvolvimento.

b) — Número de Consumidores.

Em 31.12.75	7.140
Em 31.12.76	9.427

Ponta Máxima do Sistema:

— Em 31.12.75	4.516kW
— Em 31.12.76	10.885kW

c) — Geração.

— Com a desativação da Usina Termelétrica «Presidente Costa e Silva», simultaneamente com a entrada em operação da UHE «Coaracy Nunes», encampada pelo Governo Federal, a geração ficou exclusivamente a cargo da concessionária incumbida de explorá-la, a ELETRONORTE, cabendo à CEA a Distribuição nas localidades servidas por aquela hidrelétrica.

— Entretanto, já no próximo exercício (1977), as usinas termelétricas instaladas nos Municípios do interior, serão exploradas e operadas exclusivamente pela CEA.

d) — Distribuição.

— Cidade de Macapá:

— Iluminação Pública

— Total instalado até 31.12.75	1.262 luminárias
— Total instalado até 31.12.76	2.135 luminárias,
sendo 1.171 com lâmpadas vapor de mercúrio.	

— Rede Primária (Construção):

— Anos anteriores	40.500 metros;
— Em 31.12.76	5.840 metros
	46.340 +
	18.750 Alimentadores
	ICOMI/BRUMASA/
	Vila Maia
	65.090 metros.

— Rede Secundária (Construção):

— Anos anteriores	116.300 metros;
— Em 31.12.76	11.500 metros
	<u>127.800 metros</u>

— Reforma da Rede Primária:

— No ano de 1976	4.940 metros
------------------	--------------

— Reforma da Rede Secundária:

— No ano de 1976	7.080 metros
------------------	--------------

— Postes de concreto implantados:

— Anos anteriores	3.250 postes
— Ano de 1976	833 postes
	<u>4.083</u>
	283 postes dos alimentadores da ICOMI/BRUMASA/Vila Maia

Total 4.366

— Transformadores:

— Total instalado até 31.12.75	8.115 kVA
— Total instalado até 31.12.76	10.372,5 kVA

— Cidade de Amapá:

— Rede Primária: 13.800 V (extensões)

— Construção de 3.510 metros.

— Rede Secundária: 220/127 V (extensões)

— Construção de 6.330 metros.

— Transformadores:

— Capacidade instalada: 435 kVA.

— Subestação Elevadora: 220 V/13.800 V.

— Capacidade: 600 kVA.

— Potência instalada: 450 kVA

— Cidade de Calçoene:

— Rede Primária: 13.800 V (extensões)

— Construção de 2.860 metros.

— Rede Secundária: 220/127 V (extensões).

— Construção de 4.510 metros.

— Transformadores:

— Capacidade instalada: 270 kVA.

— Subestação Elevadora: 220 V/13.800 V.

— Capacidade: 600 kVA.

— Potência instalada: 450 kVA

III — Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1 — Diretrizes Contábeis.

A Companhia adota para o preparo de suas demonstrações financeiras as diretrizes, procedimentos e forma de apresentação emanados pelo Decreto nº 28.545, de 24 de agosto de 1950 e legislação específica complementar, entre as quais destacamos:

a) o período de curto prazo corresponde a um espaço de tempo equivalente a 360 dias;

b) imobilizado demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, inclusive despesas de pré-operação acrescido da correção monetária calculada nos termos da legislação em vigor, aplicáveis a Companhias de Energia Elétrica;

c) almoxarifado, compreendendo material a ser aplicado na manutenção, conservação e reparos dos bens em serviço demonstrado ao custo médio de aquisição;

d) depreciação calculada em base de duodécimos sobre o custo histórico e correção monetária dos bens utilizando as taxas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE;

e) contabilização mensal de juros sobre construções na base de 10% a.a., calculados mensalmente sobre o valor dos recursos próprios empregados em obras e incorporados às reservas como juros sobre construções;

f) contabilização, em bases estimadas, da energia fornecida no final do exercício de 1976 aos consumidores, no período de tempo verificado entre o dia da leitura de consumo que deu origem ao último faturamento do exercício de 1976 e a data de 31 de dezembro de 1976, conforme requer a Portaria nº 98, de 10 de dezembro de 1975, do DNAEE.

Nota 2 — Novo Procedimento.

Tendo em vista o maior volume de recursos próprios da CEA, aplicados em obras, construções e melhoramentos dos bens destinados às atividades operacionais em correlação ao verificado em exercícios anteriores e uma melhor identificação dos custos operacionais, bem como, atendendo recomendação do DNAEE, de modo a não sobrecarregar o preço da tarifa de energia elétrica, a Companhia adotou neste exercício o procedimento de incorporar aos custos das obras o valor dos gastos incorridos com os salários e encargos sociais e previdenciários do pessoal ligado a atividade de obras e construções, acrescido dos seguintes rateios:

a) 25% desses gastos com o pessoal administrativo;

b) 75% dos referidos gastos correspondentes ao Diretor Técnico e Assistente Técnico.

Em exercícios anteriores, esses gastos eram incorporados às despesas de exploração.

Com a mudança desse procedimento o valor de aproximadamente Cr\$ 925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil cruzeiros) foi incorporado nos custos das obras efetuadas no correr do exercício, ao invés de onerar as despesas de exploração.

Nota 3 — Letras do Tesouro Nacional.

Aplicações a curto prazo no Banco Central do Brasil S/A., a saber:

Recursos próprios da Companhia:	Cr\$
Aplicações	9.996.546
Rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 1976	<u>1.288.886</u>
	<u>11.285.432</u>

Recursos do Governo do Território Federal do Amapá:	Cr\$
Aplicações	125.628.837
Rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 1976	<u>11.475.643</u>
Exigível — Obrigações a pagar L.T.N.	<u>137.104.460</u>
Total — Disponível — L.T.N.	<u>148.389.912</u>

Esses recursos aplicados em LTN's são provenientes da indenização correspondente aos bens encampados pela União Federal, vinculados à Usina Hidrelétrica «Coaracy Nunes».

Nota 4 — Capital.

No correr do exercício de 1976, ocorreram as seguintes modificações no capital da CEA:

a) através da Assembléia Geral Extraordinária de 30

de janeiro de 1976 foi autorizada a redução de capital de Cr\$ 161.877.620,00 para Cr\$ 51.248.411,00, resultante da encampação pela União Federal da Usina Hidrelétrica «Coaracy Nunes», conforme disposto no Decreto 74.303, de 19 de julho de 1974 e escritura pública de 30 de dezembro de 1975 e consequente distribuição das reservas vinculadas ao capital correspondentes ao valor dos bens encampados;

b) através da Assembléia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 1976 foi efetivado o aumento de capital de Cr\$ 34.631.598,00, resultante das seguintes subscrições:

Pelo Governo do Território Federal do Amapá:	Cr\$
Recursos provenientes do recebimento no exercício de 1976, de royalties da exportação do manganês, nos termos do art. 6º da Lei 2.740 de 2 de março de 1956	25.256.747
Recursos provenientes do Imposto Único sobre Energia Elétrica	7.827.286
Total da subscrição de Governo do Território Federal do Amapá	33.084.033
Pela ELETROBRÁS — Centrais Elétricas Brasileiras S/A.	406.224
Pelas Prefeituras Municipais de Macapá, Mazagão, Oiapoque, Amapá e Calçoene	1.141.341
	34.631.598

Em 31 de dezembro de 1976 o capital da Companhia estava representado por 85.880.009 ações ordinárias de valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, das quais foram integralizadas 1.236.746 ações pelo Governo do Território Federal do Amapá, em janeiro de 1977.

Nota 5 — Empréstimos e Financiamentos.

	US\$	Cr\$
Parcela a curto prazo	36.149.91	446.270
Parcela a longo prazo	378.931.05	4.677.891

Valor remanescente do contrato celebrado em 25 de novembro de 1970 com a interveniência financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S/A — ELETROBRÁS, para aquisição de uma usina diesel-elétrica nos termos do contrato de financiamento 512-L-041, concedido pela USAID à COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Inclui juros de 5,5% a.a., pro-rata tempore, pagáveis semestralmente em conjunto com as parcelas do principal, sendo o vencimento da última prestação em 22 de abril de 1991. O saldo da dívida está registrado pelo equivalente à taxa de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 1976 (Cr\$... 12,345 — US\$ 1).

Através da Assembléia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 1976 foi autorizada a venda da referida usina diesel-elétrica para a CERON — Centrais Elétricas de Rondônia, conforme entendimentos mantidos e acordados com a ELETROBRÁS, COPEL e DNAEE; entretanto, a referida venda com o repasse do financiamento em pauta somente foi efetivada no início do exercício de 1977.

IV — CONCLUSÃO.

Registramos aqui as diferentes atividades da Empresa no decorrer do exercício de 1976, podendo-se dentre elas e complementando-as, destacar as seguintes:

1) — Reforma e ampliação da Rede de Distribuição de Macapá, estendendo-a à Vila Maia e Santana. A localidade de Vila Maia, há um ano com cerca de 30 consumidores atendidos por uma precária Rede e uma usina diesel pertencentes à ICOMI, hoje possui para mais de 1.280 consumidores com fornecimento em um máximo de regularidade pela UHE «Coaracy Nunes». A rede de Macapá, restando apenas 20% para sua total reforma e ampliação, será concluída no próximo exercício, com posteação de concreto e cabos de alumínio e com iluminação pública que cobrirá 90% de sua área urbana.

2) — Construção das Redes de Distribuição das cidades de Amapá, Calçoene e da localidade de Ferreira Gomes, nas proximidades do Paredão, todas com posteação de concreto e cabos de alumínio. Projetos e recursos financeiros já existentes para a construção das Redes de Distribuição das cidades de Mazagão e Oiapoque, no próximo exercício.

3) — Construção dos prédios e montagem das usinas termelétricas das cidades de Amapá e Calçoene, servidas por motores e geradores SCANIA e TOSHIBA, com uma potência instalada em cada usina de 450 kVA. Essas usinas entrarão em operação no decorrer do primeiro semestre do próximo ano.

4) — Em final de projetos e início de licitação a Rede de Porto Grande e a Linha de Transmissão Paredão-Porto Grande, com estudos de viabilidade para levar a energia hidrelétrica à cidade de Mazagão, já existindo recursos financeiros destinados a esses empreendimentos.

5) — Início da construção de um pavilhão de alvenaria destinado às oficinas de carpintaria e reparação e aferição de medidores, de depósitos de material de Rede e de Iluminação Pública, arquivo geral, banheiros e sanitários para empregados e copa-café de empregados. Com este prédio a ser concluído no primeiro semestre do próximo ano, que veio complementar os construídos e ampliados no ano anterior, ficará a Companhia totalmente aparelhada com instalações modernas e definitivas para melhor atender os diferentes setores de suas atividades.

6) — Energia Comprada pela Companhia — Consequências.

Até ao início do corrente ano, a CEA gerava energia através de suas usinas termelétricas e a distribuía pela sua sempre sofrendo reformas Rede de Distribuição.

— Inaugurada a UHE «Coaracy Nunes» (Paredão) explorada por uma subsidiária da ELETROBRÁS, não somente se alterou a fonte geradora de energia, mas também a legislação pertinente.

— Custou-nos cara a experiência com a introdução do novo sistema, quando deixamos de recolher nos 20 (vinte) primeiros dias após o primeiro faturamento, os novos impostos do Empréstimo Compulsório e do Imposto Único, inexistentes quando gerávamos em termelétrica e gerando multas por não terem sido recolhidos nos exigidos prazos de uma legislação ultrapassada. As multas de 100% alcançaram Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

— Outra consequência, ou exigência com o novo sistema, também bastante onerosa, foram as multas cobradas pela vendedora de energia, pelo baixo Fator de Potência, multas que durante o exercício relatado atingiram a elevada soma de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros). Nada foi levado em consideração. A ignorância da lei e as falhas técnicas de uma Rede de Distribuição, construída com dedicação, sacrifício, suor, sangue e até mortes, tiveram o seu preço estipulado na letra fria de uma legislação, vigorante tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro e também neste longínquo e sofrido setentrão pátrio. Todas as providências para a correção do Fator de Potência foram tomadas, já adquiridos os capacitores com sua instalação prevista para o primeiro semestre do próximo exercício (1977).

V — Agradecimentos.

Nesta oportunidade, externamos os nossos agradecimentos ao Sr. Governador do Território, Comendante Arthur Azevedo Henning, que com sua reconhecida capacidade e grande dedicação ao interesse público, nos permitiu a execução, no corrente exercício, de suas metas de governo no setor de energia elétrica. Nossos agradecimentos também se estendem ao Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Antonio Carlos Magalhães, pelo apoio integral a todas as nossas solicitações que melhor pudessem atender aos interesses da Empresa. Ao DNAEE, nas pessoas do seu Diretor Geral, Dr. Lutz Menezes, e do Dr. Oscar Pimentel, Diretor da Divisão de Controle Econômico-Financeiro, e demais colaboradores, nosso mais devotado reconhecimento pelas exigências que souberam aplicar, com bastante competência e meritória compreensão, na fiscalização rigorosa da legislação que recai, pesada e necessariamente, nas concessionárias de energia elétrica, mesmo nas de pequeno porte, quando habilmente souberam atender e aceitar suas dificuldades. Nada teria sido conseguido alcançar, entretanto, sem a colaboração devotada e eficaz de todos os empregados da Companhia, do mais graduado ao mais humilde.

Macapá (Ap), 18 de abril de 1977

José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor Presidente

Doly Mendes Boucinha
Diretor Administrativo

Ednei Bordin
Diretor Técnico

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

C G C (M.F.) 05965546/001

Balanço Geral do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 1976

A T I V O

2 — IMOBILIZADO

20 — Bens e Instalações em Serviço			
20.3 — Instalações p/Produção — Motores de Combustão Interna	478.521,77		
20.5 — Instalações de Distribuição	8.349.457,41		
20.6 — Instalações de Distribuição-Consumidores	2.851.256,25		
20.7 — Instalações em Geral	5.343.983,14	17.023.218,57	
29.0 — Correção Monetária		9.350.669,23	26.373.887,80
Reserva para Depreciação			
11.00 — Custo Histórico		1.633.283,96	
12.00 — Correção Monetária		732.413,72	(2.365.697,68) 24.008.190,12
25 — Bens e Instalações para Uso Futuro			
25.3 — UTE - Macapá (desativada)		8.082.546,86	
29.3 — Correção Monetária		52.468.711,58	61.151.258,44
Reserva para Depreciação			
11.01 — Custo Histórico		3.356.801,75	
12.01 — Correção Monetária		1.308.083,56	(4.664.885,31) 56.486.373,13
Total do Imobilizado Líquido Corrigido		—	80.494.563,25

4 — DISPONÍVEL

40 — Caixa			5.000,00
41 — Bancos			24.077.947,28
42 — Disponível Vinculado - FGTS Não Optantes			218.962,96
43 — Letras do Tesouro Nacional			148.389.911,89
			172.691.822,13

6 — REALIZÁVEL

CURTO PRAZO

60 — Contas a Receber			
60.0 — Exercícios Anteriores	92.606,63		
60.1 — Exercício Corrente	4.635.727,61	4.728.334,24	
61 — Obrigações e Empréstimos a Receber			
61.0 — Geral		409.235,03	
62 — Devedores Diversos			
62.2 — Rendas Não Faturadas	403.362,32		
62.3 — Outros Ativos Correntes	166.658,28	570.020,60	5.707.589,87

LONGO PRAZO

65 — Almoxarifado	13.679.398,32		
68 — Títulos de Renda	5.000,00	13.684.398,32	19.391.988,19

5 — PENDENTE

50 — Débitos em suspenso			
50.0 — Suspenso			
— Pagamentos Antecipados		2.359,16	
— Variação Cambial a compensar c/ Correção Monetária do Imobilizado		1.359.386,95	1.361.746,11

52 — Obras e Serviços em Andamento

52.0 — Obras em Andamento			
— Instalações para Produção	2.409.289,91		
— Instalações para Distribuição	7.768.957,87		
— Instalações para Distribuição — Consumidores	2.518.032,76		
— Instalações em Geral	1.902.410,75	14.598.691,29	
52.2 — Retirada de Instalações em Andamento	423.492,94	15.022.184,23	16.383.930,34

Total do Ativo

288.962.303,91

0 — COMPENSAÇÃO

20.460.803,22

Total Geral

309.423.107,13

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

C G C (M.F.) 05965546/001

Balanço Geral do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 1976

P A S S I V O

1 — INEXIGÍVEL

10 — Capital

10.0 — Ações Ordinárias	84.623.263,00		
10.2 — Ações Subscritas	1.256.746,00	85.880.009,00	
66 — Capital a Realizar	—	1.256.746,00	84.623.263,00

11 — Reservas

11.92 — Reserva p/ Amortização		244.284,15	
11.94 — FGTS Não Optantes		218.962,96	
11.95 — Reserva Legal		223.057,29	
11.96 — Reserva p/futuro aumento de capital		2.215.219,31	
11.97 — Provisão p/ Indenização Trabalhista		14.429,28	
11.99 — Juros de Construção		1.009.870,11	3.925.823,10

12 — Correção Monetária de Reservas

12.92 — Reserva p/ Amortização		497.244,95	
12.99 — Líquido de Correção Monetária do Imobilizado.		48.739.151,43	49.236.396,38 137.785.482,48

3 — EXIGÍVEL

Curto Prazo

30 — Contas a Pagar			
30.0 — Geral	305.140,57		
30.1 — Fornecedores	3.028.896,62		
30.2 — Cias. Associadas — ELETROBRÁS	16.288,90	3.350.326,09	
31 — Obrigações Pagar — c/LTN		137.105.590,01	
33 — Dívidas a Longo Prazo vencíveis a Curto Prazo		446.270,64	

37 — Outros Créditos Correntes

37.0 — Obrigações Sociais	140.921,56		
37.1 — Imposto Federal	1.087.565,83		
37.2 — Quota de Previdência	81.863,42		
37.3 — Salários e Ordenados	4.217,50		
37.5 — Empréstimo Compulsório à ELETROBRÁS	384.443,50		
37.9 — Taxa de Iluminação Pública à PMM	210.376,04	1.909.387,85	142.811.574,59

Longo Prazo

39 — Diversas Dívidas a Longo Prazo		4.677.891,71	147.489.466,30
-------------------------------------	--	--------------	----------------

5 — PENDENTE

51 — Créditos em Suspense

51.0 — Recebimentos a Identificar	245.890,99		
51.1 — Contas recebidas adiantadamente p/ futuro aumento de capital	2,99	245.893,98	
53 — Auxílios para Construção			
53.2 — Doações		1.418.591,80	1.664.485,78

9 — RESULTADO

90 — Lucros e Perdas

— Saldo à disposição da AGO			2.022.869,35
-----------------------------	--	--	--------------

Total do Passivo

288.962.303,91

0 — COMPENSAÇÃO

20.460.803,22

Total Geral

309.423.107,13

Macapá(AP), 25 de março de 1977

José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor Presidente
CPF nº 180484637/68

Eng. Ednei Bordin
Diretor Técnico
CPF nº 007244082/15

Doly Mendes Boucinha
Diretor Administrativo
CPF nº 090733420/68

Luiz Carlos Araújo Menteiro
Chefe Dep. de Adm. e Finanças
Téc. Contab. Reg. CRC-PA nº 1051
CPF nº 060811832/91

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração da Conta de Resultado a 31 de dezembro de 1976

— CONTA DE RENDA —

90.00 — Receita de Exploração

Fornecimento de energia elétrica	18.900.051,07	
Outras Receitas	718.858,75	
Rendas não faturadas	403.362,32	20.022.272,14

90.03 — Recursos da Reserva Global de Garantia — 4.300.998,00 24.323.270,14

90.02 — Deduções à Receita de Exploração:

Quota de Reversão — Lei nº 5655/71	—	—	873.996,00
Receita de Exploração — Líquida	—	—	23.449.274,14

90.01 — Despesa de Exploração

Pessoal	—	3.461.575,13	
Material e Serviços	—	1.162.317,95	
Energia Comprada	—	16.402.661,01	
Combustível	—	21.793,51	
Outras Despesas	—	172.475,76	21.220.823,36

Renda Bruta de Exploração — — 2.228.450,78

90.1 — Deduções à Renda Bruta de Exploração

Impostos e Taxas	—	3.024,53	
Quota para Depreciação	—	731.621,41	
Diferença de Câmbio	—	69.683,30	804.329,24

Renda de Exploração — — 1.424.121,54

90.2 — Renda Estranha à Exploração

Receita Estranha à Exploração	—	1.419.787,96	
Despesa Estranha à Exploração	—	714.573,34	705.214,62

Renda Líquida do Período — — 2.129.336,16

Contas de Lucros e Perdas

Exercícios Anteriores

Saldo de Lucros e Perdas de 1975 à disposição da AGO.	—	1.874.446,99	
Apropriações efetivadas pela AGO de 30.04.76:			
Reserva para futuro aumento de Capital	—	(1.874.446,99)	— 0 —

Exercício Corrente

Total de Lucros e Perdas (Renda Líquida do Período)	—	2.129.336,16	
Apropriações legais e estatutárias do exercício:			
Quota para Reserva Legal: 5%	—	(106.466,81)	2.022.869,35

Saldo de Lucros e Perdas à Disposição da AGO — — 2.022.869,35

Macapá(AP), 25 de março de 1977

José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor Presidente
CPF nº 180484637/68

Engº Ednei Bordin
Diretor Técnico
CPF nº 007244082/15

Doly Mendes Boucinha
Diretor Administrativo
CPF nº 000733420/68

Luiz Carlos Araújo Monteiro
Chefe Dep. de Adm. e Finanças
Téc. Contab. Reg. GRC-PA nº 1051
CPF nº 000811832/91

Companhia de Eletricidade do Amapá—CEA

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Amapá-CEA, abaixo assinados, reunidos nesta data na sede social, às 10:00 horas, examinaram minuciosamente o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral da Sociedade e o Demonstrativo de Resultados (conta de Lucros e Perdas) relativos ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 1976. Concluíram que essas peças refletem, com propriedade e clareza, a situação patrimonial e econômico-financeira da sociedade na data referida, pelo que recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, inclusive a alteração do art. 17 dos Estatutos Sociais.

Macapá, 19 de abril de 1977

Francisco Vieira da Silva
Contador do M. Fazenda
Membro do Conselho Fiscal — CEA

Cleiton Figueiredo de Azevedo
Prefeito Municipal de Macapá
Membro do Conselho Fiscal — CEA

Ronaldo Pereira de Oliveira
Chefe do Gabinete do GTFA
Membro do Conselho Fiscal — CEA

Boucinhas, Campos & Claro S/C Ltda.

Auditores Independentes

Parecer dos Auditores

Ilmos. Srs.
Diretores da
Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA
Macapá-AP

Examinamos o balanço geral da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA levantado em 31 de dezembro de 1976 e a respectiva demonstração das contas de resultado e de lucros e perdas correspondente ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o balanço geral e a demonstração das contas de resultado e lucros e perdas, acima referidos, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA em 31 de dezembro de 1976 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos para companhias de energia elétrica conforme normas de contabilidade estabelecidas pelo Decreto n.º 28.545 de 24 de agosto de 1950 e legislação específica complementar, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, exceto quanto a mudança mencionada a nota explicativa n.º 2 com a qual concordamos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1977.

Boucinhas, Campos & Claro S/O Ltda.
CRC-RJ-S-1.13/70 — GEMEC-RAI-73/058-PJ

José Almeida de Oliveira
Contador CRC RJ — 012.575-6-AI/PF-RJ.222
GEMEC-RAI — 73/058-7-FJ

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Assembleia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia trinta de abril de 1977, às 10:00 (dez) horas, na sede da Sociedade, na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, n.º 1900, nesta cidade de Macapá para tomar conhecimento e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Balanço Geral e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, contas e demais atos da Diretoria, referentes ao exercício de 1976;

b) Destinação do lucro líquido do exercício;

c) Aprovação da correção monetária anual;

d) Eleição dos membros da Diretoria e fixação dos seus honorários;

e) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação da respectiva remuneração;

f) Alteração dos Estatutos Sociais;

g) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Outrossim, ficam avisados os Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos mencionados no art. 133, da Lei n.º 6.404, de 13 de dezembro de 1976.

Macapá, 18 de abril de 1977.

José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor-Presidente

Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços n.º 13-A/77 — CPL

Objeto: Transporte fluvial de 5.000 (cinco mil), cabeças de gado bovino no trecho Belém/Macapá.

Data: 26 de abril de 1977, às 15:00 (quinze) horas.

Local: Sala de reuniões da Secretaria de Administração e Finanças, sita à rua General Rondon n.º 1295 — Macapá-AP.

Edital: Afixado no local acima mencionado e na Representação do Governo do Amapá, à Av. Presidente Vargas n.º 148 (Edifício Antonio Martins Jr.) sala 1103 — Belém.

Esclarecimentos: Somente poderão participar firmas devidamente cadastradas no Governo do Território Federal do Amapá, órgão federal sediado no Estado do Pará ou órgão estadual. Outros esclarecimentos, nos dias úteis, nos horários das 8/12 e das 14/18, nos endereços supra mencionados.

Macapá, 12 de abril de 1977.

Luiz Gonzaga Pereira de Souza
Presidente Licitação

Preço do exemplar:

Cr\$ 1,00

Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços Nº 15/77 — CPL

Objeto: Material de Construção

Data: 29 de abril de 1977, às 09:00 (nove) horas.

Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Administração e Finanças, Rua General Rondon n.º 1295 — Macapá-AP.

Edital: Afixado no local acima e na Representação do Governo do Amapá, a Av. Presidente Vargas n.º 148 (Edifício Antonio Martins Jr.) sala 1103-Belém.

Esclarecimentos: Somente poderão participar da licitação as firmas regularmente cadastradas no Governo do Território. Outros esclarecimentos aos dias úteis nos horários das 07:00/12:00 e das 14:00/18:00, nos endereços supra mencionados.

Macapá, 13 de abril de 1977.

Luiz Gonzaga Pereira de Souza
Presidente da Comissão-CPL.

Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá
Edital de Praça com prazo de 20 dias

A Doutora Juíza do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá.

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 29 de abril de 1977, às 12:30 horas, na sede desta Junta à Av. Duque de Caxias s/n, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance s/avaliação, os bens penhorados na execução movida por Ana Rubia Monteiro Miranda, contra Josias N. Hagem Cardoso bens esses encontrados à Av. Duque de Caxias — Depósito da Justiça e que são os seguintes: cinco cadeiras estofadas, seminovas. As quais foram avaliadas em Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), sendo Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) cada uma.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no «Diário da Justiça» e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, de Macapá, 05 de abril de 1977. Eu, (Paulo Vieira Borges), Oficial de Justiça Avaliador, datilografei. E eu, Euton Ramos Diretor de Secretaria, subscrevo.

Iracilda Câmara Corrêa
Juíza do Trabalho

Preço do exemplar:
Cr\$ 1,00

Poder Judiciário

Justiça dos Territórios

Território Federal do Amapá

Juiz de Direito da Comarca de Macapá

Edital de Citação, com o prazo de 15 dias, na forma abaixo:

O Doutor Benjamim Lisboa Rayol, MM. Juiz de Direito em Exercício da Comarca de Macapá, Capital do Território Federal do Amapá, na Forma da Lei etc...

Faz Saber a todos os que o presente Edital com prazo de 15 dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites um processo em que é acusado Wilson Ferreira da Silva, como incurso no art. 129, § 1.º, item I do Código Penal Brasileiro, Ciência ao M. P.

E, como tenha o Oficial de Justiça deste Juízo certificado não o haver encontrado nesta Comarca, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o pelo presente a comparecer neste Juízo, no edifício do Forum desta Comarca, sito à Avenida Amazonas, n.º 26, esquina com a Rua Cel. Coriolano Jucá, nesta cidade, no dia 27.04.77 às 09:00 horas, a fim de ser interrogado, promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 2.ª via ficará afixada no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade, aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e sete. Eu Leandro Marques Alberto, Escrevente Juramentado no impedimento do titular, subscrevi.

Benjamim Lisboa Rayol
Juiz de Direito em exercício

Edital de Citação, com Prazo de 15 dias, na forma abaixo:

O Doutor Benjamim Lisboa Rayol, MM. Juiz de Direito em exercício da Comarca de Macapá, Capital do Território Federal do Amapá, na forma da Lei etc...

Faz saber a todos os que o presente Edital, com prazo de 15 dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites um processo em que é acusado Arcemiro Silva como incurso no art. 129, Capt. do Código Penal Brasileiro.

E, como tenha o oficial de Justiça deste Juízo certificado não o haver encontrado nesta Comarca, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o pelo presente a comparecer neste Juízo, no edifício do Forum desta Comarca, sito à Avenida Amazonas, n.º 26, esquina com a Rua Cel. Coriolano Jucá, nesta cidade, no dia 01.06.77, às 09:00 horas, a fim de ser interrogado, promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 2ª via ficará afixada no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade, aos cinco dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e sete. Eu, Leandro Marques Alberto, Escrevente Juramentado no impedimento do Titular, subscrevi.

Benjamim Lisboa Rayol
Juiz de Direito em Exercício